

Relatório Anual De Actividades

2004

Cruzeiro do Sul

Fevereiro, 2005

ÍNDICE

1. Introdução.....	1
2. Actividades Realizadas e Resultados Alcançados.....	2
2.1. Programa de Pesquisa de Redução da Pobreza Absoluta no Norte.....	2
2.1.1. Estudo Comparativo da Pobreza nas Províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa.....	2
2.1.2. Colaboração Local.....	4
2.2. Projecto Iniciativa Manica – Manica Land.....	5
2.3. Relatório Anual da Pobreza (RAP).....	7
2.3.1. eIFL – Bibliotecas Online.....	8
2.4. Estudo Sobre o Mercado de Terras.....	9
2.5. Projecto de Diversificação Agrícola e Pecuária nas Zonas Algodoeiras.....	9
2.6. Avaliação do Fundo de Bolsas de Estudo em Nampula.....	10
2.7. Corredores de Desenvolvimento de Maputo e Libombos.....	11
3. Bolsas de Estudo.....	11
4. Formação.....	11
5. Plano de Acção Para o Ano de 2005.....	12
5.1. Programa de pesquisa de Redução da Pobreza Absoluta no Norte.....	12
5.2. Projecto Iniciativa Manica – Manica Land.....	12
5.3. Projecto de Diversificação Agrícola e Pecuária nas Zonas Algodoeiras.....	13
5.4. Corredores de Desenvolvimento de Maputo e Libombos.....	14
5.5. Bolsas de Estudo.....	14
6. Calendário de Actividades Para o Ano de 2005.....	14

1. Introdução

Durante o ano de 2004 o Cruzeiro do Sul desenvolveu actividades em quatro áreas: investigação, monitoria, extensão e divulgação, e formação.

Na área da investigação o Cruzeiro do Sul concentrou-se ao longo do ano findo nos domínios da redução da pobreza e da problemática da terra. Desenvolveu ainda algumas actividades no âmbito de um projecto sobre a contabilidade dos recursos naturais e preparou o dossier para o início de um estudo sobre o sector informal.

Na área da monitoria e acompanhamento de acções iniciadas anteriormente são de destacar os projectos sobre a diversificação de culturas na zona algodoeira de Morrumbala e de parcerias entre os sectores privado e familiar para a redução da pobreza através da criação de galinhas em Manica.

No domínio da extensão e divulgação são de destacar as actividades do Cruzeiro do Sul no Observatório da Pobreza ao nível nacional, no Observatório do Desenvolvimento e nas unidades distritais de monitoria da pobreza na Província de Nampula. Foi ainda feita a avaliação de um projecto de bolsas de estudo sedado em Nampula e financiado pela Embaixada do Reino dos Países Baixos. Para além dessas são de mencionar a manutenção e actualização da página da Internet e as apresentações dos trabalhos realizados em numerosos seminários nacionais e em conferências internacionais.

Na área da formação são de destacar a manutenção do programa de bolsas de estudo, a formação especializada dos seus membros em cursos de ponta e um programa de capacitação/reciclagem em indicadores de monitoria e avaliação da pobreza em 14 dos 21 distritos da Província de Nampula para membros dos Conselhos Consultivos Distritais. Aumentou o número de jornais científicos a que os membros do Cruzeiro do Sul têm acesso por via da Internet. Continua em curso o apoio a estudantes e colegas estrangeiros que estão a escrever as suas teses ou em estágios.

Para o ano de 2005 está programado o aumento das actividades de investigação para nas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa no domínio da redução da pobreza, através de um novo projecto que pretende identificar e modelar as causas da pobreza intra-família e inter-famílias nas comunidades. Ir-se-á dar continuidade ao estudo sobre a contabilidade dos recursos naturais e realizar o estudo sobre sector informal e exclusão social.

Na área da monitoria continuarão as actividades em Morrumbala e chegar-se-á ao final da primeira fase do projecto de Manica.

Em matéria de extensão manter-se-ão os trabalhos em cursos nos Observatórios da Pobreza e do Desenvolvimento. Para além da permanente actualização da página da Internet está programada a publicação de um dossier explicativo das actividades do Cruzeiro do Sul e a publicação de um livro que dê a conhecer os resultados da investigação até ora realizada.

No âmbito da formação manter-se-ão as actividades em curso e ir-se-á abrir o acesso às bibliotecas científicas virtuais a colegas de outras instituições de investigação nacionais.

2. Actividades Realizadas e Resultados Alcançados

O Cruzeiro do Sul, no âmbito do seu Plano de Actividades para o ano de 2004, realizou as seguintes actividades:

2.1. Programa de Pesquisa de Redução da Pobreza Absoluta no Norte Embaixada do Reino dos Países Baixos

2.1.1. Estudo Comparativo da Pobreza nas Províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa

No âmbito do Programa de Pesquisa “Redução da Pobreza Absoluta no Norte”, o Cruzeiro do Sul fez um estudo comparativo sobre a pobreza (em anexo), das províncias nortenhas de Nampula, Cabo Delgado e Niassa, com base nos dados recolhidos no inquérito para a elaboração do Relatório Anual da Pobreza.

Nenhuma alteração foram introduzidas ao inquérito, ou tratamento de dados em relação aos dados nacionais recolhidos para o Relatório Anual da Pobreza, para esta região específica. Constituíam objectivos específicos deste levantamento: (i) Trazer as preocupações dos vários estratos da sociedade da região norte, as sugestões dos vários actores e propostas concretas de intervenção; (ii) Disseminação da informação recolhida através dos seminários, debates com grupos locais de investigação, com o Governo, sector privado, ONG’s, grupos religiosos, promoção de encontros, apresentações e distribuição de informação escrita.

Tal como aconteceu com os dados recolhidos com a aplicação do inquérito para a elaboração do RAP, os dados recolhidos para este estudo comparativo não permitem que se faça a extrapolação e não têm validade estatística, devido ao seu carácter voluntário de aplicação e de resposta, o não controlo da amostra e à disparidade do número e características de inquiridos por província. Era um inquérito de opinião, cuja aplicação teve como objectivos operacionais, trazer em primeiro lugar a voz directa de milhares de cidadãos e segundo, desencadear uma dinâmica de análise-acção, de todos os parceiros da sociedade civil no combate à pobreza.

Foram inquiridos 3.501 cidadãos, sendo 1.953 em Nampula, 710 em Cabo Delgado e 838 e Niassa. Os dados foram processados em SPSS.

Dos dados recolhidos concluiu-se que:

- Apesar de terem sido envidados esforços, tanto por parte do Governo como da sociedade civil, para uma maior participação do cidadão nos processos de tomada de decisão, 75% dos cidadãos e metade das instituições inquiridas, não participaram em nenhuma reunião, para analisar as questões de pobreza em Moçambique. É de referir

que mesmo com as iniciativas em curso como sejam os Núcleos Distritais de Monitoria e Avaliação da Pobreza na província de Nampula, a participação do cidadão é ainda muito baixa.

- Mais de metade dos cidadãos, em Nampula, Cabo Delgado e Niassa são pobres, não conseguem satisfazer as suas necessidades vitais, porque não lhes é dada a oportunidade para tal. Para o universo dos inquiridos que exprimiram outras percepções, a pobreza poderá ser reduzida caso exista essa oportunidade.
- Em matéria de realização dos direitos humanos, apesar dos resultados positivos alcançados, há ainda muito por fazer. São ainda muitos os que têm a percepção de que a quantidade de comida e de água que consomem são insuficientes.
- É preocupante o facto de uma elevada percentagem de famílias (44%) ter tido alguém doente por mais de três meses, pelos efeitos sentidos ao nível da economia familiar. Ter alguém doente por mais de três meses significa que o fundo de tempo de trabalho da família foi afectado, houve outro membro que teve que trabalhar pelo doente ou uma criança, que ficou impossibilitada de ir à escola.
- Constata-se também a falta de dinheiro, quer para comprar medicamentos quer para o envio dos filhos à escola, segundo declarações dos inquiridos, uma vez que o Governo subsidia apenas o custo dos medicamentos e o ensino básico é gratuito, mas as famílias contribuem ainda de forma directa e indirecta.
- Em termos de conflito, a família, as Autoridades Tradicionais são as três instituições a quem se recorre para resolução de conflitos sociais graves. As instituições do Estado surgem como os grandes ausentes na resolução de conflitos, embora se tenha mencionado o papel que o Estado deve desempenhar no combate à imoralidade, à criminalidade e à falta de ética.
- Cerca de 52% dos inquiridos que possuem terra declararam temer que o Estado lhes tire a terra ou talhão. Sentem-se mais inseguros os mais escolarizados, ou seja os que maior potencialidade têm de nela investirem.
- Em relação ao combate às causas da pobreza foram propostas várias acções. A sociedade civil das três províncias, têm consciência das causas da pobreza e têm ideias de como as combater.

2.1.2. Colaboração Local

Foi constituído em Nampula, num encontro da sociedade civil, o G 20 da Província. A constituição do G 20 teve como critério, a filiação de qualquer instituição que manifeste vontade de trabalhar na luta contra a pobreza. Fazem parte deste grupo o sector privado, os sindicatos e associações, confissões religiosas e as ONGs. O objectivo desta iniciativa é fazer o acompanhamento das actividades que estão sendo realizadas na Província, na redução e erradicação da pobreza absoluta a médio e longo prazo respectivamente.

O referido G20 é constituído por 16 membros cujo coordenador é o CEPKA e o secretariado é formado pelas Organizações ADCIC, PROPAZ e KARIBU. Assim o G20 iniciou acções que estão a ser realizadas através da concretização de estratégias de monitoria e avaliação da pobreza nos distritos, bem como a realização de estudos e pesquisas, análises e trabalhos de sistematização e divulgação de experiências comunitárias de combate à pobreza. Para concretização de tais acções foi elaborado um plano de actividades.

Foram também constituídos, em 17 distritos da Província de Nampula, os respectivos Núcleos Distritais de Observação da Pobreza. Os Núcleos Distritais formados estão inseridos e funcionam no âmbito dos Conselhos Consultivos Distritais e dos grupos de interesse ao nível do distrito. Os Núcleos manifestaram o interesse de, periodicamente, se beneficiarem de uma reciclagem na componente – indicadores de monitoria e avaliação. Espera-se que após a reciclagem sejam capazes de formular as necessidades, as variáveis e indicadores das acções; avaliar o decurso, o resultado e o impacto das actividades e que se crie um maior dinamismo na monitoria e avaliação das actividades em curso ao nível local.

Em Maio foi realizado, nas instalações do CEPKA, um seminário para apresentação da síntese do Relatório Anual da Pobreza e conclusões do seminário provincial. Estiveram presentes no seminário as organizações da sociedade civil e deputados Holandeses, que na altura realizavam um programa de visita à Província de Nampula.

Os deputados Holandeses afirmaram ser importante o envolvimento da sociedade civil no combate às causas da pobreza. Consideraram ser infundado falar de desenvolvimento sem considerar o problema do HIV/SIDA, que inviabiliza o desenvolvimento sócio-económico dos países.

Em Agosto, uma equipa do Cruzeiro do Sul deslocou-se à Província de Nampula com o objectivo de: (i) visitar às Unidades de Monitoria e Avaliação do PARPA nos distritos, (ii) contactar com os Conselhos Consultivos, (iii) preparar a instalação do Observatório da Pobreza Provincial e (iv) o lançamento do estudo de Mercado de Terras Urbanas em Nacala.

Foi visitada a Unidade de M&A do PARPA do Distrito de Nacala-a-Velha. Houve um encontro com o Conselho Consultivo onde se observou que a Unidade de M&A era parte integrante do Conselho Consultivo e integrava a participação dos vários grupos da Sociedade Civil. Para além do conselho Consultivo de Nacala-a-Velha e houve uma reunião com o Conselho Municipal da Ilha de Moçambique e tentou-se, em vão, um encontro com o Administrador recentemente nomeado para aquele cargo nesta mesma cidade.

Realizou-se uma reunião conjunta com a UCODIN e o CEPKA (na qualidade de coordenador do G20 provincial) para preparar a criação do Observatório da Pobreza Provincial.

No mês Setembro, o Cruzeiro do Sul, participou no encontro da criação do “Observatório de Desenvolvimento” de Nampula. O encontro foi realizado por iniciativa da UCODIN e presidido pelo Governador da Província. Estiveram presentes os membros do Governo Provincial e de alguns distritos, Sector Privado – Associação Comercial e Industrial de Nampula, ONGs, Sociedade Civil, Confissões Religiosas e Sindicatos.

No decurso do encontro foram apresentados: (i) o documento de estratégia de monitoria e avaliação do Plano Estratégico de Nampula (PEN); (ii) o documento dos termos de referência do Observatório Provincial de Desenvolvimento; (iii) a síntese dos encontros preparativos para a criação do Observatório de Desenvolvimento; (iv) relatório dos participantes da Sociedade Civil de Nampula; (v) informação do Sector Privado.

Foram discutidos e aprovados os conteúdos dos principais documentos e criado o Observatório de Desenvolvimento de Nampula. O Observatório passa a ter um Conselho de Opinião constituído por Instituições Governamentais, Organizações da Sociedade Civil, Representantes dos Parceiros de Cooperação e a UCODIN que passa a ser o Secretariado Técnico do Observatório.

2.2. Projecto Iniciativa Manica – Manicaland Oxfam América

O projecto Iniciativa Manica – Manicaland tem como objectivo principal a criação de um modelo de desenvolvimento sustentável para a redução da pobreza obtido através da produção de novas oportunidades de geração de rendimentos resultantes do estabelecimento de novas relações entre os camponeses e os privados. O projecto pretende, especificamente, criar associações de produtores que defendam os seus direitos e lutem pela obtenção de melhores negócios e contratos com os privados.

O projecto, durante o ano de 2004, obteve um desempenho considerado positivo através dos resultados alcançados. De um modo geral os principais pontos a destacar do desempenho em 2004 foram:

- A nível institucional, entre os parceiros do programa, intensificou-se o fornecimento da assistência técnica ao grupo-alvo através do reforço da capacidade institucional na ADAMA, e na UCAMA. O impacto do programa foi visível na ADAMA onde houve um crescimento entanto que organização que ganhou bases para a sua sustentabilidade e estabeleceu fortes parcerias entre os seus membros e com os produtores.
- A nível institucional, no seio da comunidade, os beneficiários do programa através da formação adquiriram novas aptidões e experiência. Estão mais capacitados para gerir de forma mais eficiente os seus negócios e os assuntos comunitários. Em termos de género, as mulheres, assumiram uma atitude de maior responsabilidade e liderança nas associações e na comunidade.
- Os membros da ADAMA através da formação recebida sobre a criação de associações promoveram o aparecimento de novas associações de pequenos produtores que se encontram à volta das suas machambas. Esta atitude e parceria criaram um melhor relacionamento entre os produtores comerciais e os pequenos produtores e acabou com alguns conflitos que se verificavam na área.
- Os serviços prestados aos membros das associações e grupos favorecem a introdução de melhores sistemas de registo e controlo, a melhoria da planificação e organização da

produção através da definição e implementação de modelos de gestão mais eficientes (ADEM e UCAMA). Por outro lado, também foram aprovados os regulamentos nas associações (UCAMA). Alguns líderes das associações, com o apoio da ADAMA, foram capazes de encontrar melhores mercados, negociar melhores preços para os seus membros e organizar a comercialização da produção.

- Ao nível económico, houve alguns problemas relacionados com as incubadoras adquiridas no Zimbabué que não deram os resultados perspectivados pelo que foram devolvidas ao fornecedor. Contudo, os parceiros Moçambicanos realizaram actividades com a parte Zimbabueana no que se refere à troca de experiência com o objectivo de acompanhar de perto o processo de funcionamento das incubadoras.
- Em relação à produção de ovos fertilizados o resultado dos estudos de viabilidade referem que esta actividade só se torna atractiva se houver a capacidade para produzir 10.000 pintos do dia por semana que é a capacidade das incubadoras. Por outro lado devido à complexidade técnica e ao elevado custo do investimento há necessidade de ter técnicos com experiência e forte conhecimento técnico. Entretanto o maior avicultor do Chimoio, garantiu o fornecimento de 1.650 pintos por semana, que serão adquiridos pelo matadouro e distribuídos a três produtores. O matadouro terá um retorno de 1.500 frangos.
- As rações constituem um dos constrangimentos do programa. Não há ração disponível em Manica. Foram feitos vários testes para a produção local por um grupo de empresários privados e os resultados não foram satisfatórios. Entretanto foi elaborado um estudo por um consultor que é produtor de rações no Sul do País e as conclusões preliminares são promissoras. Parece haver a possibilidade de produzir uma ração de qualidade por metade do preço oferecido no mercado.
- Ainda relacionado com as rações verifica-se que há dificuldades na negociação da aquisição da ração da Companhia Industrial da Matola (CIM), mas continua a batalhar-se no sentido de se continuar a obter ração desta fábrica. Porém a situação pode mudar se caso se concretize a abertura, em Janeiro de 2005, de uma fábrica de rações em Gorongosa.
- No que respeita ao matadouro, depois de ultrapassados os problemas que dificultavam a sua abertura, já se encontra em funcionamento o Matadouro Comunitário de Macequece. Há ainda algumas dificuldades relacionadas com o atraso dos planos para o fornecimento aos pequenos produtores de pintos do dia, assistência técnica e o fornecimento de rações. A reversão desta situação prende-se com a aprovação dos fundos pela instituição de crédito GAPI para a aquisição do meio de transporte e insumos necessários para o sistema de “*outsourcing* com os pequenos produtores”.

2.3. Relatório Anual da Pobreza (RAP)

Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA)

O Relatório Anual da Pobreza surgiu como contributo da sociedade civil para o 2º Painel do Observatório da Pobreza. Foram as organizações da sociedade civil que integram o G20 que decidiram elaborar um relatório que transmitisse as preocupações dos cidadãos, das

confissões religiosas, dos sindicatos, das associações dos camponeses e dos empresários, e recolhesse propostas concretas de intervenção para o combate à pobreza.

Definidos os objectivos do relatório, foram elaborados e aplicados dois inquéritos: um dirigido aos cidadãos e outro para às instituições. Os inquéritos foram aplicados em todas as províncias do País.

No processo da aplicação dos inquéritos para a elaboração do RAP, estiveram envolvidos mais de 10000 cidadãos e cerca de 100 organizações da sociedade civil de Moçambique. Foram recolhidos mais de 7000 inquéritos, sendo 5000 relativos aos cidadãos e 2000 às instituições.

Cerca de 2000 inquéritos foram anulados, durante o tratamento dos dados, ou porque havia duplicação de respostas de ficha para ficha, ou porque as respostas eram contraditórias e incoerentes.

A elaboração do RAP implicou a realização de 10 seminários provinciais e 1 seminário nacional com o objectivo de: (1) apresentar os resultados preliminares dos inquéritos aplicados, (2) discutir e analisar os resultados e (3) identificar propostas concretas a apresentar no RAP.

Os resultados preliminares dos inquéritos suscitaram um debate aceso que contou com a participação de muitas organizações da sociedade civil. As discussões incidiram sobre aspectos chave e outras questões correlacionadas que resultavam da experiência dos participantes. Houve dúvidas que foram esclarecidas e correcções que foram propostas.

A análise conduziu à apresentação de várias recomendações e propostas que foram consideradas na elaboração do RAP.

Os dados recolhidos foram processados em SPSS pelo Cruzeiro do Sul e analisados em torno dos quatro grande eixos que norteou também a Agenda 2025, adoptada pela Assembleia da República, nomeadamente: Capital Humano, Capital Social, Economia e Governação.

Trata-se de um inquérito de opinião que não tem o rigor que permite a extrapolação da informação para o nível nacional, devido ao carácter voluntário da aplicação e de resposta, à impossibilidade do controlo da amostra e à disparidade do número de questionários aplicados por distrito. A relevância do inquérito assenta na interacção de trazer para o Observatório, a voz de milhares de pessoas de todo o País.

Dos 146 distritos do País foram cobertos 102, correspondendo a 70% do objectivo que a sociedade civil pretendia alcançar.

A elaboração do RAP, desde a aplicação do inquérito, recolha e processamento dos dados, realização dos seminários provinciais e nacional para apresentação e análise dos dados preliminares até a publicação do relatório final foi financiada pela OSISA.

Pelo grande alcance nacional e as implicações que daí advêm são de referir as sete propostas apresentadas pela Sociedade Civil representada no G20:

- Que a definição oficial da pobreza em Moçambique passe a incorporar mais alguns dos elementos da percepção que os Moçambicanos têm da pobreza. Assim, sugere-se que passasse a ser, por exemplo, *a impossibilidade das famílias, das associações e das empresas terem acesso às condições que lhes permitam satisfazer as necessidades básicas dos seus membros e perspectivar o seu crescimento e desenvolvimento no mais breve período de tempo possível.*
- Que, na sequência do aprofundamento da democracia participativa advogada pela Agenda 2025, seja dinamizada a criação de Conselhos de Consulta aos mais diversos níveis dos órgãos locais do Estado, com prioridade para os níveis provincial e distrital (rural e urbano) cuja composição conte com representantes democraticamente seleccionados (e não nomeados pelo Estado) dos grupos de interesse que compõem o G20 e dos partidos políticos, entre outros que, eventualmente, venham a ser identificados.
- Que estes Conselhos de Consulta tenham entre os seus objectivos a mobilização para a participação, a análise sistemática e regular da situação da pobreza e identificação de acções concretas que possam contribuir para o combate às causas da pobreza no seu respectivo nível. Entre outras funções, os Conselhos poderão: (i) monitorar a implementação do PARPA, (ii) participar na definição das opções e prioridades do Orçamento do Estado ao nível local, acompanhar a sua execução e ser ouvido na prestação de contas, (iii) participar na definição de programas concretos de combate à corrupção, (iv) participar na gestão e alocação da terra de forma a se aumentar a eficiência alocativa e de uso da terra, se monitorizarem as transacções de direitos entre as unidades produtivas e a aumentarem os investimentos produtivos na terra.
- Para ser sustentável a luta contra as causas da pobreza deve ter como foco a manutenção e a geração de emprego e auto-emprego, através do fomento do sector empresarial nacional, com destaque nas pequenas e médias empresas e nas associações e cooperativas. Para o efeito, e tal como consta na Agenda 2025, deverá ser criado um pacote de incentivos às empresas (incluindo as cooperativas e associações similares) cujas actividades têm efeitos directos sobre os pobres. A identificação do tipo de incentivos e dos critérios para a sua aplicabilidade deve ser objecto de análise conjunta pelo Governo e as associações dos sectores empresarial e cooperativo.
- Que no âmbito das reformas do Estado em curso, seja identificado o contributo concreto que a Sociedade Civil pode dar: (i) para a desburocratização dos serviços relacionados com o sector produtivo; (ii) do combate à corrupção nas redes dos serviços de Saúde, educação, entre as forças policiais e nos sectores que lidam com a alocação de direitos sobre a terra; (iii) na identificação de formas operacionais de articulação entre os sistemas jurídico e judiciais “informal” e “formal”.
- Que no próximo ano se dinamizem as actividades de investigação que permitam identificar: (i) vias concretas e factíveis para o aumento da produtividade e rendibilidade das machambas familiares; (ii) formas para promover a autoconstrução de poços melhorados; (iii) programas de alfabetização e de escolarização básica alternativa para as crianças que não têm a possibilidade de frequentar a escola primária; (iv) formas de prevenir e minimizar os impactos do HIV/SIDA e outras pandemias.

- Que, no seguimento do que consta na Agenda 2025, seja criada uma instituição financeira para o desenvolvimento que tenha por objectivo principal a promoção de mecanismos financeiros que operacionalizem acções viáveis de cidadãos, de produtores nacionais e de entidades da sociedade civil que tenham efeitos multiplicadores na redução da pobreza. Esta instituição financeira deverá ter um papel catalizador na captação da poupança e no crédito rural. O seu capital social deverá contar com a participação de organizações da sociedade civil, do sector privado, do Estado, dos parceiros internacionais e de fundações internacionais com fins filantrópicos.

2.3.1. eIFL - Bibliotecas Online

O Cruzeiro do Sul e a *Open Society Institute* (OSI), realizaram em Outubro de 2004, um seminário que teve como objectivo analisar a possibilidade de estabelecimento de um consórcio de bibliotecas em Moçambique, com a intenção de promover a cooperação e a troca de informação entre as bibliotecas e os centros de documentação das diferentes instituições.

O seminário contou com a participação de cerca de 60 pessoas entre bibliotecários, documentalistas, docentes universitários, investigadores e outros especialistas ligados ao assunto provenientes das diferentes instituições.

A OSI, criou para o efeito, um consórcio que integra 30 países que, em rede, participam num programa denominado eIFL *Direct* (*Electronic Information for Libraries Direct*). A eIFL é uma fundação independente que se empenha em dirigir, negociar, apoiar e advogar a disponibilização de recursos electrónicos a utilizadores de bibliotecas dos países em vias de desenvolvimento. A eIFL conta com a participação da EBSCO, uma das maiores editoras por via electrónica.

Durante o seminário foi sugerido aos participantes que se organizassem, de modo a decidir a aderência a este tipo de serviço e a continuidade dos contactos com a organização para que se concretize o objectivo de se criar um consórcio em Moçambique.

2.4. Estudo Sobre o Mercado Urbano de Terras UNDP/HABITAT

Este estudo surgiu na sequência do estudo sobre mercado de terras rurais que decorreu em 2003. O estudo foi financiado pela agência das Nações Unidas Habitat e contou com a colaboração dos estudantes do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrário da Universidade Eduardo Mondlane. Para a aplicação do estudo foram seleccionadas as cidades de Manica e de Nacala.

O estudo sobre as terras urbanas foi aplicado em três áreas distintas de assentamento: a zona urbana, a zona peri-urbana e a zona verde. Foram aplicadas metodologias sequenciais mistas, um levantamento quantitativo com uma amostra de 625 inquiridos por estrato, seguido de entrevistas semi-estruturadas a respondentes chave, encontros com grupos focais (homens, mulheres, líderes e privados) e observação participativa do ciclo diário, dos mecanismos de resolução de conflitos, das práticas de gestão dos recursos naturais e da divisão do trabalho na parcela.

Uma vez mais foi demonstrada a existência de quatro principais formas de alocação da terra, a saber: o Estado, os sistemas costumeiros, o mercado e o livre acesso. O mercado lidera com mais de 65% dos casos, seguido pelo estado com 20%, depois os sistemas costumeiros com 10% e a simples ocupação com 5%. Ao desagregarem-se os dados verificou-se que as adjudicações de terra pelo Estado são maiores nas zonas urbanas, mas o mercado é mais activo nas zonas peri-urbanas e nas zonas verdes.

O estudo concluiu também que, ao contrário da terra rural, a terra urbana aumenta de valor de mercado com o aumento da procura independentemente do tipo de prédio urbano nela implantado. A análise diacrónica das compras da terra e a análise comparativa entre as duas cidades estudadas demonstrou que a tendência é da adjudicação feita pelo Estado ser rapidamente substituída pelo mercado. Verificou-se ainda que o aluguer é preterido em relação à compra do terreno e suas infra-estruturas e que há preferência pelas transferências de direitos não sujeitas a registo devido aos altos custos de transacção devido à burocracia e à corrupção dos funcionários encarregues do registo.

Partiu-se da hipótese de que a eficiência alocativa variava em três domínios em função da forma de acesso: no desempenho económico, na justiça social e na conservação ambiental. Em termos de desempenho económico conclui-se que este é bem mais elevado quando o acesso é feito através da compra, desde que: o preço de compra corresponda ao preço de mercado e não ao preço subsidiado praticado pelo Estado através do APIE e quanto maior for o investimento inicial, quer público ou privado. A justiça social foi medida através do Índice de Gini e da área per capita, tendo-se concluído que o sistema costumeiro é o mais injusto seguido do mercado nas zonas peri-urbanas. Em matéria de conservação ambiental o mercado distorcido pela corrupção (venda de terras feita por funcionários dos conselhos municipais) ou onde o Estado ainda não investiu na edificação das infra-estruturas básicas são os que têm maiores implicações negativas na preservação do meio-ambiente.

Com base nos resultados obtidos foi desenhado um modelo para o crescimento sustentável das zonas urbanas. Este modelo não só permite fazer a simulação com as diferentes variáveis identificadas como também a projecção das várias hipóteses para o crescimento sustentável dos pequenos e médios centros urbanos localizados nas zonas rurais.

Por último são feitas algumas recomendações sobre políticas a serem seguidas nas terras urbanas. A primeira é que é urgente que se regulem as transacções de terras via mercado nas zonas urbanas. A segunda é que o Estado deve desempenhar um papel activo na dinamização do investimento público e privado na construção de infra-estruturas básicas podendo para o efeito usar o sistema de subsídios cruzados entre as zonas “nobres” e as zonas

“populares”. Por último é que o Estado deverá, gradualmente, deixar de exercer a função de adjudicador de terra urbana.

2.5. Projecto de Diversificação Agrícola e Pecuária nas Zonas Algodoeiras Agrimo - Morrumbala

Realizaram-se as actividades previstas no calendário. Foram feitas duas visitas de terreno em Janeiro e em Julho. A primeira teve como objectivo testar perguntas sobre a produção de algodão e culturas alimentares e recolher dados sobre o processo de interacção dos grupos de camponeses organizados (GOC) com a rede de extensão da empresa. Simultaneamente inquirir sobre o processo de funcionamento dos GOC. Foi feito um relatório da visita com a percepção recolhida e o registo do teste às perguntas feitas a incluir no inquérito intermédio.

O inquérito intermédio foi desenhado com vista a documentar de forma representativa o processo de implementação de actividades do projecto que abrangiam todos os produtores de algodão.

A segunda visita foi para aplicação do inquérito intermédio e monitoria das actividades. A monitoria das actividades foi produzida pela componente de coordenação do projecto e divulgada em relatórios do progresso do projecto.

A avaliação centrou esforços no inquérito intermédio para avaliar o desempenho dos componentes do projecto junto aos beneficiários. Ele identificou atrasos na produção e distribuição de sementes melhoradas de culturas alimentares e de plantas fruteiras, a incorporação destas no programa de extensão e o progresso dos grupos de camponeses organizados para associação apresentarem atraso no desenvolvimento considerando o fim do projecto em 2005.

Foi proposto analisar o processo para além do grau de realização dos objectivos do projecto. Nesse particular áreas cultivadas totais (algodão e culturas alimentares) seriam separadas em área de algodão cultivada + proporção com acesso (voluntário) a sementes melhoradas e plantas fruteiras para incorporar a estratégia da família na adjudicação do tempo de mão-de-obra e eventuais constrangimentos de acesso à terra.

No final do ano começaram a ser desenhadas as primeiras elaborações teóricas sobre o processo de monitoria deste projecto que é financiado pela União Europeia. Sendo um projecto direccionado para a diversificação agrícola e pecuária do sector familiar que reside nas zonas algodoeiras, ele implica a adopção de novas técnicas e tecnologias pelos camponeses. A teoria da adopção da inovação defende que a adopção de uma nova técnica ou tecnologia é feita em três fases distintas, uma primeira em que só alguns adoptam, uma segunda em que aumenta exponencialmente o número dos que se apropriam desse conhecimento tecnológico e técnica e uma terceira em que se generaliza o seu uso. Acontece porém, que em Morrumbala não se tem confirmado a validade desta teoria. A hipótese teórica que foi levantada e que irá ser testada no ano 2005 é que, face aos inúmeros riscos a que o sector familiar está sujeito, não existe adopção colectiva da inovação técnica e tecnológica. Em condições em que os produtores se caracterizam pela sua enorme aversão ao risco, a

adopção da inovação é por produtor, tendo primazia aqueles cujos riscos são menores. Se assim for, (i) a disseminação de novo conhecimento tecnológico não deveria ter por população alvo os Grupos Organizados de Camponeses mas os camponeses que se demonstram mais empreendedores, e (ii) a disseminação deve ser acompanhada por um programa estrutural de cobertura de riscos, isto é, do desenvolvimento paralelo do mercado de seguros.

2.6. Corredores de Desenvolvimento de Maputo e Libombos UICN

Entre o Cruzeiro do Sul e a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) foi assinado um acordo com vista à colaboração na implementação do projecto: Corredores de Desenvolvimento de Maputo e Libombos: Os Desafios de Aliar a Conservação da Diversidade Biológica ao Crescimento Económico na componente Gestão Participativa da Terra. Este projecto faz parte de um programa que tem por objectivo final a introdução nos sistemas de contabilidade nacional da componente recursos naturais. A componente do Cruzeiro do Sul tem por objectivos: (i) produzir instrumentos que permitam a gestão participativa dos recursos terra, floresta e fauna; (ii) promover a participação da sociedade Civil, Sector Privado e Estado na gestão dos recursos naturais ao nível local através dos Conselhos Consultivos.

A pesquisa irá contribuir para a implementação de políticas sobre os recursos naturais e ambiente e, o apoio de iniciativas que combinem a geração de rendimentos e melhoria da qualidade de vida da população, com uma gestão adequada dos recursos.

2.7. Avaliação do Fundo de Bolsas de Estudo para Nampula Nisomé

Trata-se de um projecto de grande impacto na Província de Nampula, com uma boa capacidade de gestão, que funcionou com uma estrutura simples, mas eficaz durante cinco anos (1999 – 2004), no âmbito dum acordo estabelecido entre a Universidade Pedagógica e o Reino dos Países Baixos entidade financiadora.

O projecto funcionou nas instalações da Universidade Pedagógica e esteve formalmente dependente do seu Director em Nampula. Contudo, pela sua natureza agia com uma certa autonomia visto que a direcção executiva dependia duma Comissão coordenadora e do Comité de Selecção.

Os critérios definidos para atribuição de bolsas foram rigorosamente cumpridos, privilegiando os estudantes vindos dos distritos, filhos de famílias rurais e urbanas de mais baixos rendimentos económicos e estabelecendo um equilíbrio na selecção entre rapazes e raparigas. Este serviço abrangeu 561 bolseiros de vários níveis, tendo alguns perdido a bolsa (125) por não cumprimento dos critérios e outros terem terminado os estudos (92). Actualmente existem ainda 310 bolseiros, sendo 57 do nível básico e 169 do nível superior. Estes bolseiros devem terminar os seus cursos em 2005 e 2006, prolongando-se alguns até 2008.

Foi recomendado, pela avaliação que o Cruzeiro do Sul fez, que este serviço, dada a importância que tem para o desenvolvimento da Província e para a redução dos desequilíbrios regionais, deveria continuar a ser financiado. Essa é também a opinião dos beneficiários, dos membros da Comissão Coordenadora e do Governo de Nampula e do Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia (MESCT).

Foi ainda recomendado que o serviço deveria ter uma Estrutura Autónoma, fundo Provincial ou Regional de Bolsas, articulada com as Universidades de Nampula, com a Sociedade Civil e o Sector privado para facilitar a integração e o emprego dos graduados em Nampula, mas provavelmente dependente do MESCT, estrutura central que coordenava a política de bolsas do nível superior.

3. Bolsas de Estudo

Durante o ano de 2004 foi atribuída uma bolsa de estudo para o nível de Mestrado. A outra bolsa prevista foi cancelada por o beneficiário não estar a seguir com as normas administrativas estipuladas e não estar a interagir com o instituto. Por essa razão foi verificado que os critérios de atribuição de bolsas tinham que ser melhorados. Foram tomadas algumas medidas rectificativas e espera-se que para o ano de 2005 tenham efeitos positivos no aumento do conhecimento individual e colectivo do instituto.

4. Formação

O Cruzeiro do Sul (representado pelo Dr Palha de Sousa) participou nos Estados Unidos da América num curso de formação sobre o modelo integrado de desenvolvimento T21. O objectivo da formação foi a de capacitar pessoas para o domínio do pacote informático Vensim que serve de suporte ao modelo. O referido modelo foi desenvolvido pelo Millenium Institute e já foi utilizado por mais de 100 países no mundo.

Uma versão do T21 para Moçambique foi preparada com apoio de economistas do Ministério do Plano e Finanças e do Grupo Moçambicano da Dívida (sociedade civil). Foi facultada, ao Cruzeiro do Sul, uma cópia autorizada do pacote informático e das aplicações do modelo T21 actualmente existentes.

Em colaboração com o CEPKA, foram realizados na Província de Nampula, cursos de capacitação ou reciclagem na componente – indicadores de monitoria e avaliação da pobreza. Participaram no curso de reciclagem os representantes dos Núcleos Distritais, dos Conselhos Consultivos Distritais e dos grupos de interesse. Os distritos abrangidos pela reciclagem foram: Ilha de Moçambique, Nacala-à-Velha, Angoche, Mogovolas, Mossuril, Moma, Monapo, Nacarua, Erati, Murrupula, Malema, Lalaua, Ribaué e Rapale.

5. Plano de Acção para o Ano 2005

5.1. Programa de Pesquisa de Redução da Pobreza Absoluta no Norte

O Cruzeiro do Sul, a partir de 2005, irá alargar a sua acção de pesquisa às Províncias de Cabo Delgado e Niassa, nas regiões onde predomina a sociedade macua.

As acções de pesquisa vão estar centradas na investigação sobre alguns tópicos específicos, nomeadamente: (i) a identificação de eventuais assimetrias no seio das famílias e das comunidades na redução da pobreza; (ii) o reconhecimento das redes de transmissão dos conhecimentos e investimento ao nível local; (iii) a determinação dos pesos relativos das variáveis que contribuem, efectivamente, para a redução da pobreza e; (iv) o papel da actuação sobre as distâncias relativas aos serviços, mercados e bens no aumento da riqueza. Espera-se que os resultados da pesquisa e às actividades de acompanhamento dos mecanismos institucionais para monitoria e avaliação da pobreza, no conjunto, possam identificar medidas de políticas que sejam eficazes para a sustentabilidade da redução da pobreza em Moçambique.

Dar-se-á início, em 2005, a um programa de divulgação, através de publicações da informação recolhida e produzida pelo Cruzeiro do Sul, junto dos órgãos do Estado, da comunidade académica, dos estudiosos e interessados nos temas abordados.

5.2. Projecto Iniciativa Manica – Manica Land

O Cruzeiro do Sul em parceria com o Comité de Gestão do programa, vai realizar um levantamento para a avaliação do impacto do programa. Vai elaborar um modelo de monitoria de impacto e capacitar os parceiros em matéria de monitoria de impacto. Espera-se que após a formação as associações sejam capazes de avaliar o impacto das actividades que estão sendo implementadas para o bem-estar da população.

Iniciado o processo para a certificação de galinhas orgânicas, o Cruzeiro do Sul, vai apoiar na promoção de criação de galinha orgânica, na identificação dos requisitos para a certificação das galinhas e estabelecimento de contactos e de contratos com as empresas certificadoras. Vai igualmente apoiar na identificação de parceiros e formalização de parcerias nas áreas de irrigação, produção de ovos galados, produção de ração, incubação e promoção de seminários de intercâmbios entre os parceiros para troca de experiências.

No que respeita a participação das mulheres na tomada de decisões nas associações e nas organizações de Comité de Base, o Cruzeiro do Sul vai apoiar na definição de políticas de género, realizar sessões de sensibilização sobre o equilíbrio de género e apoiar na disseminação da nova Lei da Família.

5.3. Projecto de Diversificação Agrícola e Pecuária nas Zonas Algodoeiras - Morrumbala

A monitoria e avaliação do projecto tem como, desafio salientar os pontos fortes do esforço de implementação sincrónico de um conjunto de actividades de parceiros na diversificação agrícola e pecuária nas zonas algodoeiras.

Elas incluem abertura e manutenção de estradas e construção de pontecas, melhoramento, produção e distribuição de sementes de culturas alimentares e plantas fruteiras, vacinação de galinhas (D. Newcastle) e provimento de gado bovino, promoção de mercados rurais e acesso a crédito e facilitação de organização de camponeses produtores.

O processo de integração destas actividades e as oportunidades para o desenvolvimento local são o cerne da avaliação da fase actual do projecto que termina o financiamento em 2005. Espera-se poder dar indicações sobre actividades futuras dentro de uma perspectiva de desenvolvimento de actividades que gerem mais rendimento e de instituições que o sustentem.

O grau de apropriação do conhecimento produzido pelas novas práticas, o sistema de extensão desenvolvido, a facilidade de comunicação e o estabelecimento de actividades financeiras locais constituiriam a base para uma possível proposta de continuidade do projecto.

A experiência acumulada e documentada nas bases de dados constituídas durante o trabalho de campo para a monitoria e avaliação deste projecto de desenvolvimento rural girando em torno de uma empresa privada merecia análise e discussão em publicação. O primeiro passo poderia ser dado na reflexão para o desenho e identificação das necessidades de informação para a avaliação de impacto ao fim desta fase.

5.4. Corredores de Desenvolvimento de Maputo e Libombos

No âmbito das actividades acordadas, o Cruzeiro do Sul, irá fazer: um (1) CD com a informação geo-referenciada; adaptação do Modelo de Gestão e Alocação da Terra a cada distrito; a apresentação do CD junto das autoridades locais e dos membros do Conselho Consultivo representantes dos vários grupos de interesse; a formação das equipas, a serem designadas no local, sobre o uso do Modelo e sobre a informação a ser recolhida com vista à actualização da informação.

5.5. Bolsas de Estudo

Em relação a formação, prevê-se a atribuição de duas bolsas de estudo para o nível do Mestrado como forma de elevar o nível académico dos profissionais desta instituição e de contribuir para o saber individual e colectivo no domínio da investigação-acção.